



PARTIDO DOS TRABALHADORES

RIO GRANDE DO SUL

Resolução da Direção Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores sobre o Aditivo Contratual imposto aos municípios pelo Governo do Estado e a Direção da CORSAN

- Considerando que o Partido dos Trabalhadores tem deliberação política contrária do Congresso do Partido e dos Diretórios Nacional e Estadual contrária à privatização dos serviços de saneamento, havendo claro consenso na base partidária sobre o tema;
- Considerando que a Executiva e o Diretório Estadual, junto com a Bancada do Partido na Assembleia Legislativa, vêm travando um duro combate contrário ao processo de privatização da CORSAN;
- Considerando que o Partido dos Trabalhadores participou ativamente da realização do Plebiscito Estadual Sobre as Privatizações, com livre participação da população interessada, sendo que dos quase 100 mil gaúchos que participaram 97% votaram contra a privatização, resultado que confirma pesquisas de opinião em que a população do Estado se posiciona majoritariamente contra tal ato;
- Considerando que o governador Leite foi eleito com expresso compromisso da não privatização da CORSAN, a sua iniciativa atual configura grave estelionato eleitoral, uma vez que não há qualquer justificativa política, econômica ou legal para tal;
- Considerando que a assinatura do Aditivo Contratual que o Governo do Estado tenta impor aos municípios tem por única finalidade viabilizar a privatização da CORSAN e que o Aditivo apresenta inúmeras cláusulas lesivas aos interesses dos municípios e dos cidadãos gaúchos além de conter dispositivos com legalidade duvidosa;
- Considerando que Prefeitas e Prefeitos de diversos Partidos vêm trabalhando responsabilmente contra a privatização da CORSAN e construindo alternativas a esta ação lesiva do governo do estado;

A Direção Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores delibera, por unanimidade que:

- Os Prefeitos Municipais filiados ao Partido se abstenham de encaminhar o Aditivo Contratual à Câmara de Vereadores e, sobretudo, que se abstenham de firmar o Aditivo com o Governo do Estado e a CORSAN;
- As vereadoras e vereadores, filiados/as ao partido organizem a mobilização contrária à deliberação favorável dos nos parlamentos municipais à assinatura do Aditivo em pauta e, caso o tema seja levado a voto, votem contrário à sua aprovação;
- O diálogo sobre as iniciativas do Partido dos Trabalhadores em relação à luta contra a privatização da CORSAN continuará a ser realizado nas instâncias partidárias, inclusive naquelas que organizam Prefeitos, bem como Vereadoras e Vereadores do Partido.

Porto Alegre, 08 de novembro de 2021.

Direção Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores.